



Feira de Santana
CÂMARA MUNICIPAL
Casa da Cidadania

Ata da 42ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana, Estado da Bahia, referente à 1ª Etapa, do 1º Período, da 19ª Legislatura, realizada no dia 20 de maio de 2021.

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, à hora regimental, no Plenário da Câmara Municipal de Feira de Santana, situada à Rua Visconde do Rio Branco, 122, nesta cidade, Estado da Bahia, realizou-se a quadragésima segunda Sessão Ordinária, referente à primeira Etapa, do primeiro Período, da décima nona Legislatura, na qual, à exceção do parlamentar Josse Paulo Pereira Barbosa, compareceram os vereadores Edvaldo Lima dos Santos, Emerson Costa dos Santos, Eremita Mota de Araújo, Fabiano Nascimento de Souza, Fernando Dantas Torres, Flávio Arruda Moraes, Ivamberg dos Santos Lima, Jhonatas Lima Monteiro, José da Costa Correia Filho, José Marques de Messias, Jurandy da Cruz Carvalho, Luciane Aparecida Silva Brito Vieira, Luiz Augusto de Jesus, Luiz Ferreira Dias, Pedro Américo de Santana Silva Lopes, Pedro Cícero Marcenio Silva, Petrônio Oliveira Lima, Ronaldo Almeida Caribé, Sílvio de Oliveira Dias e Valdemir da Silva Santos. Amparada pelo Regimento Interno, a vereadora Eremita Mota de Araújo, segunda Secretária, declarou aberta a presente Sessão e solicitou ao edil Ivamberg dos Santos Lima que assumisse a segunda Secretaria, *ad hoc*, e procedesse a leitura da Ata da Sessão anterior. Em seguida, solicitou da primeira Secretária, vereadora Luciane Aparecida Silva Brito Vieira, a leitura das matérias previamente constantes para o **Expediente** do dia, que vão a seguir: <**Projetos de Lei** n/nºs 086 e 087/2021, ambos de autoria da vereadora Luciane Aparecida Silva Brito Vieira, que, respectivamente, “Dispõe sobre a alteração da denominação da Rua Rubens Francisco Dias para Rua Professora Celita França da Silva, situada no Bairro do Papagaio, e dá outras providências” e “Assegura às gestantes a realização das ultrassonografias morfológicas na rede pública de saúde de Feira de Santana”. **Indicações** nºs 1113 e 1114/2021, respectivamente, de iniciativa dos parlamentares Luciane Aparecida Silva Brito Vieira e Flávio Arruda Moraes. **Correspondências:** Ofício Executivo nº 076/2021, datado do dia 18 de maio do ano em curso e assinado pelo Diretor Presidente da Diretoria Executiva da Fundação Municipal de Tecnologia da Informação, Telecomunicação e Cultura Egberto Tavares Costa – FUNTITEC, senhor Antônio Carlos Daltro Coelho, encaminhando a esta Casa a documentação relativa à Prestação de Contas da referida fundação, referente ao mês de



Feira de Santana
CÂMARA MUNICIPAL
Casa da Cidadania

abril de 2021. Ofício FHFS nº 172/2021, datado do dia 30 de abril do corrente ano e assinado pela Diretora Presidente da Fundação Hospitalar de Feira de Santana (FHFS), senhora Gilberte Lucas, encaminhando a esta Casa Balancete mensal e relatórios relativos à Receita e Despesa da fundação supracitada, referentes ao mês de março de 2021>. Logo após, a ata da sessão anterior foi submetida à apreciação plenária e aprovada pela unanimidade dos edis presentes. Posteriormente, na forma regimental, a vereadora Eremita Mota de Araújo, no comando da Mesa Diretiva, solicitou aos parlamentares Pedro Cícero Marcenio Silva e Emerson Costa dos Santos que conduzissem ao Plenário o senhor **Sr. Raimundo de Souza Pereira** (Presidente da Associação dos Condutores Autônomos do Transporte Alternativo, Fretamento e Escolar de Feira de Santana e região (ASCOTRAFS) para fazer uso da palavra na **Tribuna Livre**. Este, após saudar os presentes, passou a expor as dificuldades do transporte alternativo de Feira de Santana. Denunciou que a licitação para o uso do GPS no transporte alternativo foi fraudada. Afirmou que os condutores pagam por mês um total trinta e um mil e quinhentos reais às empresas de ônibus. Disse que, à época da licitação, representantes da ASCOTRAFS dialogaram com o gestor da cidade a fim de impedir a retirada dos ônibus dos distritos e a diminuição das vans autorizadas a circular de 218 para 105. Externou que, após a negativa do prefeito, colegas faleceram em razão de *stress* ou depressão. Enunciou que o sistema de bilhetagem eletrônica é monopolizado em Feira de Santana, de modo que apenas as empresas de ônibus possuem essa prerrogativa. Requereu ao Legislativo que criasse um Projeto de Lei dispondo sobre a liberação da bilhetagem eletrônica para uso nas vans. Solicitou a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o valor que o transporte alternativo paga por mês às empresas de ônibus. Disse ainda que, apesar da intensa luta, não conseguiram impugnar a licitação que retirou o trabalho de cento e treze pais de família. Em seguida, em nome do Presidente desta Casa, a vereadora Eremita Mota de Araújo, no comando da Mesa Diretiva, disse que a Câmara Municipal estava à disposição da ASCOTRAFS. No **Horário das Lideranças Partidárias, o vereador José da Costa Correia Filho (PATRI)** pediu desculpas a alguns colegas por ter se exaltado no dia anterior. Relatou que no seu último mandato existia mais respeito aos pares e era comum a realização de orações pelos seus amigos edis. Expôs acreditar que somente a partir da realização de concursos acabará o “toma lá da cá” dos cargos. Por fim, disse que ficará calado a partir de agora. **Em Pela Ordem**, o vereador José Marques de Messias registrou a presença de motoristas do transporte alternativo presentes na Galeria da Casa. Depois, **o edil Jurandy da Cruz Carvalho (PL)**, após saudar a todos, agradeceu ao Prefeito Colbert Martins da Silva Filho pela limpeza da barragem da Fazenda Umbuzeiro,



Feira de Santana
CÂMARA MUNICIPAL
Casa da Cidadania

no distrito de Ipuacu, a qual servirá bastante à população e aos animais. Findando seu pronunciamento, o orador se colocou à disposição dos motoristas de transporte alternativo e falou sobre a necessidade de melhoria no transporte que serve à zona rural. Neste momento, o comando da Mesa Diretiva foi transferido para o Presidente Fernando Dantas Torres. Logo após, **o parlamentar Fabiano Nascimento de Souza (MDB)** saudou os motoristas de transporte alternativo e discordou da fala do Senhor Raimundo da ASCOTRAFS. Afirmou que trabalhou por vinte anos no transporte alternativo e viu muitos erros, principalmente na Cooperativa. Disse que a fraude que ocorreu partiu dos próprios colegas motoristas que se inscreveram para ocupar várias linhas a fim de colocar “laranjas”. Disse que pessoas de bem perderam suas vagas por causa de ambição. Enunciou que o maior prejuízo do transporte alternativo atualmente é a concorrência com os motoristas clandestinos que não contribuem com nada. Dando continuidade, o edil Pedro Américo de Santana Silva Lopes (DEM) cedeu tempo ao colega **Luiz Augusto de Jesus (DEM)**, o qual disse que no último fim de semana esteve no distrito de Ipuacu com o intuito de verificar o poço artesiano construído na localidade, alimentado por placa solar, fruto de Emenda do Deputado Federal José Nunes. Falou que, em seguida, passou pela praça do mesmo distrito que está em fase de conclusão. Depois, demonstrou solidariedade aos desportistas do bairro Conceição, pois algumas pessoas foram ao Ministério Público objetivando solicitar demolição do vestiário que está sendo construído ao lado de uma quadra ainda inacabada, alegando que o local devia ser reservado para as crianças e jovens. Neste momento a parlamentar Eremita Mota de Araújo assumiu o comando da Mesa Diretiva e franqueou a palavra ao **edil Fernando Dantas Torres (PSD)**, o qual disse que não está nesta Câmara para brigar com ninguém nem para ser taxado de valentão. Frisou que sua função é zelar pelo dinheiro público. Disse não concordar em ver a Prefeitura fechada, parecendo um museu. Enunciou que elogia o Prefeito Colbert Martins quando este age corretamente como o fez com relação ao combate ao Covid-19, no entanto, ele fala do que está errado, como, por exemplo, os altos índices de violência na cidade. **Em Pela Ordem**, a parlamentar Eremita Mota de Araújo passou tempo para o orador. Dando continuidade, o vereador Fernando Torres disse que não aceita receber chantagem por parte de vereador para conceder vales transportes a assessores que estão trabalhando em *home office*. Comunicou que tal vereador saiu da CASE Mello Matos “corrido”, além disso, participou de distribuição de cestas básicas em troca de votos. Externou que recebe muitas críticas da imprensa, porém possui muita experiência positiva em seus anos de trabalho público. Oportunamente, o edil Flávio Arruda Moraes cedeu seu tempo ao tribuno, o qual detalhou que tem 20 anos com mandatos, combatendo o mal e lidando com vários tipos de pessoas.



Feira de Santana
CÂMARA MUNICIPAL
Casa da Cidadania

Citou o nome do edil Jhonatas Lima Monteiro dizendo que o mesmo obteve muitos votos por ser um homem de bem e por representar uma das mudanças de Feira de Santana. Disse ainda que o mencionado vereador tem o desafio de não decepcionar as pessoas. Afirmou que alguns edis querem fazer da Câmara Municipal um picadeiro. **Em Pela Ordem**, o edil Luiz Ferreira Dias passou tempo ao orador, o qual disse que, no passado, as Comissões deste Legislativo não funcionavam como deveriam, já na sua gestão ele contratou profissionais competentes para darem assistência às Comissões e desempenharem um trabalho eficiente. **Em Aparte**, a vereadora Eremita Mota de Araújo usou a palavra. Dando prosseguimento ao seu discurso, o tribuno afirmou que o Governador Rui Costa demitiu um grupo corrupto que atuava no Mello Matos. Salientou que, apesar dos defeitos, o Governador da Bahia é um homem de bem. Falou que aprendeu muito com o Senador Otto Alencar. Por fim, disse que mesmo tendo vontade de desistir algumas vezes, não baixará a cabeça. Em seguida, **o Presidente Fernando Dantas Torres assumiu os trabalhos da Mesa Diretiva**. Dando prosseguimento, **o parlamentar Jhonatas Lima Monteiro (PSOL)** discursou sobre falta de resposta do Poder Público sobre o saneamento do “Prato Raso”, localizado no bairro Queimadinha. Detalhou que o local é totalmente abandonado pela Prefeitura, apesar de ficar localizado perto do centro da cidade. **Em Aparte**, o edil Luiz Augusto de Jesus. De volta à palavra, o orador disse que apresentou três Requerimentos nesta Casa, um encaminhado à Agência de Regulação do Município, para saber o quanto se cumpre dos investimentos nesta área, outro, às Secretarias do município, indagando qual o projeto para a área e um último, à Embasa, questionando o andamento das obras em três áreas, inclusive o “Prato Raso”. Desse modo, disse que, diferentemente das Secretarias, a Embasa já agendou reunião. Por fim, o parlamentar cobrou respostas para a questão enquanto não chove. Na sequência, **o vereador Ivamberg dos Santos Lima (PT)** convidou a todos para a Audiência Pública que a Comissão de Educação e Cultura realizará na presente data, às quatorze horas, para tratar sobre o pagamento dos precatórios do FUNDEF aos profissionais de educação do município de Feira de Santana. Enunciou que serão pautas desta Audiência a Lei 14.057 e o valor que a cidade recebeu do FUNDEF, sobre o qual a categoria está lutando para que 60% do total seja rateado entre os profissionais da educação. O edil disse que em março o Tribunal de Contas do Município (TCM) determinou que fosse aguardado um tempo, mas a Comissão considera interessante realizar debate sobre a temática. Por fim, ratificou o convite e pontuou a relevância da constante luta para que os valores sejam destinados a quem é de direito. Depois, a palavra foi franqueada ao **edil Silvio de Oliveira Dias (Liderança da Oposição)** que elogiou o discurso do Sr. Raimundo de Souza Pereira na Tribuna Livre. Depois, alertou o Ministério



Feira de Santana
CÂMARA MUNICIPAL
Casa da Cidadania

Público e Ministério Público do Trabalho em relação à multa de setenta e três milhões que a Prefeitura de Feira de Santana deve pagar até o fim do ano, caso não mude a postura quanto à contratação de pessoal. Explicou que a Prefeitura reincidiu o contrato dos Agentes de Endemias que foram contratados por seis meses, porém essa rescisão tem levado as pessoas a entrarem na justiça solicitando liminar objetivando manter o vínculo empregatício com o Paço Municipal, o que pode ocasionar a suspensão da cobrança da multa, caso o pleito seja atendido junto à Justiça. Posteriormente, parabenizou o Clube Bahia de Feira pelo fato de, no interstício de dez anos, participar de três finais de Campeonato Baiano. Disse que durante o jogo da final do Campeonato Baiano toda a cidade torcerá pelo time feirense. Logo após, o vereador Pedro Cícero Marcênio Silva (Cidadania) cedeu tempo ao **edil José Marques de Messias (DEM)**, o qual agradeceu ao Prefeito Colbert Martins da Silva Filho e ao Secretário João Vianey pelo patrolamento das estradas de determinado Loteamento. Anunciou que brevemente as comunidades do Bom Viver, Tanquinho, Estrada do Calundú, Terra Dura e Caroara também serão contempladas. Disse que no próximo domingo muitas obras serão inauguradas no distrito de Humildes. Durante o discurso, o orador foi aparteado pelos edis Luiz Ferreira Dias e Pedro Cícero Marcênio Silva. Em seguida, **o parlamentar Pedro Américo de Santana Silva Lopes (Maioria e Governo)** disse que o Presidente Fernando Torres deve desconhecer a história do Mello Matos, instituição que ficava relegada pelos políticos. Relatou que à época, por indicação e articulação de toda a rede de proteção à infância e juventude de Feira de Santana, o Sr. Pablo Roberto assumiu a posição de Diretor do Mello Matos. Salientou que a gestão do Sr. Pablo Roberto foi exemplar e recebeu vários prêmios, além disso, Feira de Santana recebeu a Unidade Zilda Arns devido ao modelo de gestão implantado pelo então diretor. O vereador Pedro Américo disse que, à respeito das denúncias levianas feitas, é possível fazê-las no Ministério Público ou abrir CPI para investigação, pois a cidade reconhece todo o trabalho realizado no supracitado espaço. Com relação à solicitação realizada por ele sobre os vales transportes, o edil disse que o pedido foi feito através de ofício, que é o meio legal e quando reforçou verbalmente, foi na presença de vários vereadores e do Diretor da Casa. Assim, ele ressaltou a importância de garantir os direitos dos trabalhadores. Disse que no prédio anexo, apenas dois assessores podem ficar nos gabinetes, no entanto ele possui escritório na Avenida Maria Quitéria que funciona todos os dias com uma equipe comprometida com o trabalho. Depois, disse que esteve com o Procurador Geral do Município discutindo sobre as casas de eventos, pois estão bastante comprometidas nesta pandemia. **Em Aparte**, os edis Luiz Augusto de Jesus e Flávio Arruda Moraes. Logo após, o vereador Valdemir da Silva Santos (PV) passou seu tempo ao **parlamentar Luiz Augusto de Jesus (DEM)**, o qual explicou



Feira de Santana
CÂMARA MUNICIPAL
Casa da Cidadania

que quem está na Presidência não pode se pronunciar “Em Aparte”, sem antes passar os trabalhos diretivos para outro vereador, o que ocorreu nesta sessão com a vereadora Eremita Araújo. Em seguida, demonstrou sua alegria ao ver que os vereadores do Grupo Aliados elogiaram o trabalho do Prefeito Colbert Martins da Silva Filho por esta cidade. Durante o discurso, o orador foi aparteado pelos vereadores Valdemir da Silva Santos e Pedro Cícero Marcênio Silva. **Em Pela Ordem**, o edil Silvio de Oliveira Dias solicitou suspensão do Grande Expediente para que a Mesa Diretiva se reunisse para proceder a indicação de um nome para o cargo de suplente na CPI, em substituição ao edil Josse Paulo Pereira Barbosa que renunciou o posto. Em resposta, o Presidente Fernando Torres comunicou que terminaria a sessão mais cedo para realizar a votação. **Em Pela Ordem**, o vereador Emerson Costa dos Santos salientou que era necessária a suspensão da sessão, pois, após a indicação pela Mesa Diretiva, os vereadores precisariam aprovar o nome. Em resposta, o edil Fernando Dantas Torres disse que suspenderia a sessão após a fala de alguns vereadores no Grande Expediente, também acordou com eles que falariam apenas por cinco minutos. Dando início ao **Grande Expediente, o vereador Jhonatas Lima Monteiro (PSOL)** discorreu sobre a necessidade de convocação de professores aprovados no concurso de 2018. Expôs o anúncio de contratação de 300 professores, através de Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), com a alegação de que as vagas são temporárias. Disse que a informação recebida, através de Requerimento, é que no prazo de vigência do concurso de 2018, 225 professores (as) se aposentaram, de modo que não há clareza se essas vagas reais já foram preenchidas com efetivos aprovados no concurso público. Requereu que a Secretária de Educação apresentasse a matemática que justifica a real situação das vagas da Rede Municipal, incluindo as vagas em decorrência da reserva de carga horária, que deve ser garantida. Argumentou que a demanda existente hoje no município é maior do que quando a rede foi dimensionada. Disse que o Governo Municipal tem se apegado à Lei 173/2020, a qual restringe concurso e convocação, porém essa Lei tem sido interpretada de forma equivocada, pois a mesma autoriza a contratação para preencher vacância. Por fim, solicitou “Convocação já!” dos profissionais aprovados. Em seguida, **o edil Ivamberg dos Santos Lima (PT)** trouxe uma pauta referente ao dia vinte e oito de abril, dia internacional da educação, e questionou quais motivos os educadores têm para comemorar. Perguntou quantos professores já foram vacinados. Disse que sem vacina nenhum professor deve voltar à sala de aula, mesmo que seja na modalidade semipresencial. Inqueriu quantos professores aposentados ou falecidos deixaram vagas reais e o porquê não foi feita convocação para preenchimento destas. Citou os salários cortados dos professores do município e a falta de pagamento dos precatórios do FUNDEF.



Feira de Santana
CÂMARA MUNICIPAL
Casa da Cidadania

Teceu comentários críticos sobre falta de distribuição de alimentação escolar já que a verba vem carimbada pelo FNDE para tal finalidade. Lembrou que o Estado está fazendo o pagamento da sexta parcela do cartão aos estudantes enquanto o município distribuiu apenas uma vez o kit alimentação. Questionou se o município realmente prioriza a educação. Neste momento, o edil foi aparteado pelo vereador Luiz Augusto de Jesus, ao qual ele respondeu que se uma vaga for temporária pode ser preenchida por contrato REDA, diferentemente do que acontece com vagas reais. Logo após, o vereador José Marques de Messias (DEM) cedeu seu tempo à **vereadora Luciane Aparecida (MDB)**, a qual parabenizou os técnicos de enfermagem e elogiou o trabalho dos mesmos junto aos enfermeiros. Disse que enquanto os enfermeiros atuam com os pacientes, os técnicos desempenham um brilhante trabalho. Afirmou que tem aprendido muito com esta Casa, independentemente das circunstâncias, e agradeceu aos colegas que muito tem lhe ensinado ao longo dos dias. Comentou sobre a luta para que a PL 2.564/2020 seja aprovada e disse que fez uma moção nesse sentido. **Em Aparte**, o parlamentar Luiz Augusto de Jesus. Neste momento, a sessão foi suspensa por quarenta minutos. Reaberta a sessão, o Presidente Fernando Dantas Torres solicitou a todos que ficassem de pé para **Promulgação do Decreto Legislativo nº 01/2021, que “Dispõe sobre a concessão de título de Cidadão Feirense ao Senhor Carlos Eduardo Behrmann Rátis Martins”**. Logo após, deu-se início à **Ordem do Dia**, na qual foram apreciadas as seguintes proposições: **Em primeira discussão, o Projeto de Lei Ordinária nº 016/2021**, de iniciativa do edil Luiz Ferreira Dias, com Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR). Em discussão, usaram a palavra favorável ao Parecer contrário os edis Luiz Augusto de Jesus, Pedro Américo de Santana Silva Lopes e Silvio de Oliveira Dias. Discordaram do Parecer contrário, o autor e o parlamentar Flávio Arruda Moraes. Logo após, o autor do Projeto solicitou retirada de pauta e teve anuência plenária. **Em Pela Ordem**, o edil Silvio de Oliveira Dias solicitou consultar o Plenário quanto à diminuição de dez para cinco minutos do uso da palavra em discussão ao Parecer contrário e teve seu pleito aprovado por seus pares. **Em primeira discussão, o Projeto de Lei Ordinária nº 018/2021**, de lavra do parlamentar Pedro Cícero Marcenio Silva, com Parecer contrário da CCJR. Em discussão ao Parecer contrário, usaram a palavra, opinando contrariamente, os vereadores Luiz Augusto de Jesus, Jhonatas Lima Monteiro e Pedro Américo de Santana Silva Lopes. **Neste momento, o primeiro Vice-Presidente, Silvio de Oliveira Dias, assumiu o comando da Mesa Diretiva**. Em votação ao Parecer contrário, o edil Pedro Cícero Marcênio Silva usou a Tribuna. Logo após, o Parecer contrário foi rejeitado, com voto favorável da vereadora Eremita Mota de Araújo. Dessa forma, procedeu-se à votação do Projeto de Lei nº



Feira de Santana
CÂMARA MUNICIPAL
Casa da Cidadania

018/2021. Em discussão, o edil Luiz Augusto de Jesus solicitou adiamento de pauta deste Projeto por duas sessões para que o autor colocasse Emenda a um Projeto seu de teor semelhante já aprovado nesta Casa. Dando prosseguimento, o comando da Mesa Diretiva foi transferido para a primeira Secretária, vereadora Luciane Aparecida Silva Brito Vieira, a qual franqueou a palavra, em discussão, ao vereador Silvio de Oliveira Dias. Logo após, este reassumiu os trabalhos diretivos. **Em Pela Ordem**, o edil Pedro Cícero Marcênio Silva disse entender que esse Projeto não cabe Emenda, desse modo solicitou proceder a votação. **Em Pela Ordem**, o edil Luiz Augusto de Jesus explicou ao colega que lhe antecedeu que qualquer Projeto cabe Emenda, desde que o Plenário aprove. Dando continuidade, o edil Pedro Américo de Santana Silva Lopes solicitou adiamento de pauta do Projeto de Lei por uma sessão. Por haver consenso entre este vereador e seu colega Luiz Augusto de Jesus que solicitou adiamento por duas sessões, o pleito foi aprovado pelo Plenário e, desse modo, o Projeto foi adiado por uma sessão. Neste momento, o edil Silvio de Oliveira Dias na Presidência da Mesa registrou a presença dos doutores Eliete Pinho e Jorge Luís, representantes da Comissão de Direitos Humanos, da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/Brasília, presentes na Galeria desta Casa. **Em primeira discussão, o Projeto de Lei Ordinária nº 020/2021**, de lavra do vereador Edvaldo Lima dos Santos, com Parecer contrário da CCJR foi adiado de pauta devido a ausência do autor. **Em discussão única, o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2021**, de autoria do vereador Jurandy da Cruz Carvalho, com Parecer da Comissão Especial. **Em Questão de Ordem**, o edil Pedro Américo de Santana Silva Lopes perguntou qual o nome do vereador escolhido pela Mesa Diretora em substituição ao nome do edil Josse Paulo Pereira Barbosa na CPI, quem será o próximo depoente, bem como a data prevista para o próximo depoimento. Em resposta, o primeiro Vice-Presidente, Silvio de Oliveira Dias, comunicou que consultará a Mesa Diretora quanto ao momento da divulgação. Em seguida, o Parecer da Comissão Especial ao Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2021 foi aprovado pela unanimidade dos parlamentares presentes. Logo após, o autor e o parlamentar Pedro Américo de Santana Silva Lopes usaram a palavra em discussão. Neste momento, o primeiro Vice-Presidente anunciou que, em reunião, a Mesa Diretiva deliberou pela indicação do edil Ivamberg dos Santos Lima para compor a CPI, em substituição ao vereador Josse Paulo Pereira Barbosa. Na sequência, procedeu-se à apreciação plenária, quando o nome do mencionado vereador foi aprovado com 9 votos favoráveis, dos vereadores Emerson Costa dos Santos, Eremita Mota de Araújo, Flávio Arruda Moraes, Ivamberg dos Santos Lima, Jhonatas Lima Monteiro, José Marques de Messias, Luciane Aparecida Silva Brito Vieira, Luiz Ferreira Dias e Pedro Cícero Marcênio Silva e 7 votos contrários, dos edis Fabiano Nascimento de



Feira de Santana
CÂMARA MUNICIPAL
Casa da Cidadania

Souza, José da Costa Correia Filho, Jurandy da Cruz Carvalho, Luiz Augusto de Jesus, Pedro Américo de Santana Silva Lopes, Ronaldo Almeida Caribé e Valdemir da Silva Santos. **Em Questão de Ordem**, o edil Pedro Américo de Santana Silva Lopes solicitou votação nominal, momento em que o Vice-Presidente à Mesa disse que a votação já ocorreu na modalidade senta-levanta. **Em Pela Ordem**, o parlamentar Valdemir da Silva Santos pediu que os votos fossem recontados. Em resposta, o edil Silvio de Oliveira Dias na direção dos trabalhos disse que consultaria a Mesa Diretiva e apresentaria o nome dos votantes. **Em Pela Ordem**, o vereador Luiz Augusto de Jesus solicitou constar em Ata os nomes dos edis que foram contrários e favoráveis à indicação do nome do parlamentar Ivamberg dos Santos Lima para a Comissão, momento em que o Vice-Presidente falou que a secretaria iria registrar, mas a divulgação não seria necessária. **Em Pela Ordem**, o edil Luiz Augusto de Jesus solicitou constar seu repúdio ao fato de os líderes da Maioria e do DEM não serem indicados para comporem a CPI, de modo que a proporcionalidade, segundo ele, não foi cumprida. Em resposta, o vereador Silvio de Oliveira Dias na direção dos trabalhos disse que não atenderia este pedido, visto que foi cumprido o que preceitua o Regimento Interno desta Câmara. **Em Pela Ordem**, o parlamentar Valdemir da Silva Santos explicou que o vereador Luiz Augusto solicitou apenas que o Regimento Interno fosse cumprido e que na Ata constasse o que foi feito. Em resposta, o edil Silvio Dias, no comando dos trabalhos, disse que não atendeu o pedido do vereador Luiz Augusto de Jesus porque o mesmo solicitou que fosse registrado que a proporcionalidade não foi atendida, no entanto, o Regimento Interno não prevê proporcionalidade, de modo que o requerente poderia reformular seu pedido. Logo após, o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2021 foi aprovado pela unanimidade dos edis presentes. Em declaração de voto, o edil Jurandy da Cruz Carvalho usou a tribuna. Esgotado o tempo regimental, nada mais havendo por tratar, o primeiro Vice-Presidente, Silvio de Oliveira Dias, declarou encerrada a presente Sessão, às doze horas e vinte e um minutos, sendo convocada outra para próxima terça-feira, dia vinte e cinco de maio do ano em curso, à hora regimental, com a seguinte **pauta**: <Em primeira discussão, os Projetos de Lei nº 020/2021, de lavra do edil Edvaldo Lima dos Santos, com Parecer contrário da CCJR; 046/2021, de iniciativa do vereador Jurandy da Cruz Carvalho, com Parecer da CCJR, opinando pela devolução para correção; 048/2021, de autoria do parlamentar José Marques de Messias, com Parecer contrário da CCJR e 051/2021, de autoria do vereador Edvaldo Lima dos Santos, com Parecer contrário da CCJR. Em votação única, os Requerimentos nºs 106 e 123/2021, ambos de iniciativa do vereador Ivamberg dos Santos Lima; 107 e 108/2021, ambos de lavra do edil Luiz Ferreira Dias, 109 e 121/2021, ambos de autoria do parlamentar Silvio de Oliveira Dias, 110, 113,



Feira de Santana
CÂMARA MUNICIPAL
Casa da Cidadania

114, 122/2021, de autoria do parlamentar Emerson Costa dos Santos, 112/2021, de iniciativa do vereador Petronio Oliveira Lima, 116/2021, de autoria do parlamentar Fernando Dantas Torres, 117 e 118/2021, de lavra do edil Luiz Augusto de Jesus e 120/2021, de iniciativa do vereador Pedro Américo de Santana Silva Lopes>. Para constar, eu, Jeany Santos de Carvalho Azevêdo, Redatora de Debates, lavrei a presente Ata que segue à apreciação plenária, na forma regimental.